

MEMÓRIAS DA OPERAÇÃO MESOPOTÂMIA: SILÊNCIOS E TRAUMAS DA REPRESSÃO DITATORIAL NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Data de aceite: 28/03/2023

Wellisson Rafael Barros Silva

Mestrando do curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA).

Rogério de Carvalho Veras

Doutor em História. Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFMA/Imperatriz-MA); e do ProfHistória (UFMA/São Luís).

RESUMO: A proposta deste trabalho é analisar as memórias da “Operação Mesopotâmia” que foi uma ação do Exército brasileiro realizada no Bico do Papagaio, região localizada na tríplice fronteira entre os Estado do Pará, Maranhão e Tocantins. Executada na primeira quinzena do mês de agosto de 1971, a operação tinha como objetivo reprimir movimentos sociais e partidos políticos opositoristas que se organizaram na região. Nosso objetivo é compreender como se processam os silenciamentos entre os sujeitos e familiares vitimados pela operação. Para a realização

desta pesquisa, utilizamos como metodologia de trabalho a História Oral, por meio de entrevistas com pessoas que estiveram direta ou indiretamente ligadas a esse momento, servindo-nos também, teoricamente, dos estudos sobre as memórias traumáticas e do testemunho, segundo Pollak (1989) e Portelli (2006). Entendemos que essa região da Fronteira Amazônica, em razão de seus conflitos agrários e a grande população camponesa desassistida pelos governos, tenha propiciado as condições necessárias para esses levantes de reivindicação social e o que o silenciamento nas memórias sobre a Operação, bem como o seu rompimento estão relacionados a contextos políticos específicos após a redemocratização.

PALAVRAS-CHAVES: Repressão. Ditadura. Memórias. Silenciamento. Fronteira Amazônica.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a Ditadura Civil-Militar¹ que ocorreu no Brasil, entre os anos de 1964 a 1985, revelam marcas profundas

1. A ditadura civil-militar no Brasil foi o período entre os anos de 1964-1985, o qual teve início com um golpe de Estado por parte das Forças Armadas, subsidiada pelo respaldo de parte da sociedade civil, culminando com a destituição do então presidente João Goulart, para a compreensão deste tema, nos apoiamos em autores como LERNER (2018), MARTINS (1985), MORAIS; SILVA (2005) e FICO (2008).

deixadas fisicamente e no imaginário de muitos indivíduos que estiveram direta ou indiretamente ligados a esse contexto histórico. Prisões, encarceramentos, torturas e desaparecimentos foram muitas das formas de agir dos que estiveram no poder naqueles anos sombrios, em que os direitos legítimos à humanidade eram cerceados, furtando assim o livre direito de manifestações populares e de pensamento.

Dessa forma, aos que sofreram este impacto profundo em suas histórias de vida, restou o silenciamento, talvez causado por feridas que ainda permanecem abertas e não se quer tocar, gerando a tenebrosa sensação de não querer abordar sobre os assuntos traumáticos. Nosso objetivo é buscar compreender como se processam esses silenciamentos dos sujeitos envolvidos (torturados, familiares, entre outros), em suas razões e lógicas sociais.

Por outro lado, em determinados momentos, observamos a ausência de documentos que auxiliem na contribuição dos estudos sobre este período. Assim, temos na História Oral uma ferramenta metodológica que muito tem contribuído nesses trabalhos, no sentido auxiliar nas narrativas e nas trajetórias dos sujeitos, bem como na construção de uma memória coletiva acerca do tempo estudado.

De início, julgamos necessário apresentar historicamente o período e as condições históricas em que esse método passou a ter considerações mais robustas no campo de pesquisa. Entendemos que, como nos aponta Verena Alberti (2005, p. 155), “a História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita”. Isto é, devidos às condições tecnológicas daquele período, foi possível a partir da invenção do gravador de voz, registrar por meio de entrevistas, as experiências de pessoas que viveram, ou que testemunharam eventos importantes, e que estejam sendo, naquele momento, objetos de pesquisas.

Este referencial metodológico não é um monopólio da historiografia, sendo que o mesmo tem contribuído maciçamente nas áreas de Psicologia, Antropologia e Economia dentre outras, em nosso caso, buscaremos a aplicabilidade deste método aliado à Sociologia. A técnica de ouvir os sujeitos em busca de elencar informações acerca de determinado assunto, não é novidade no campo das Humanidades, sendo que esses artifícios já eram bastante conhecidos e utilizados em outros momentos, tais como na Idade Antiga, onde a audição era fator imprescindível para o registro de determinado evento. No campo dos estudos sobre Memória, a História Oral tem sido de fundamental importância na aquisição dos depoimentos, tal qual Pollak (1989) e Portelli (2006) fizeram em seus trabalhos sobre testemunhos e memórias traumáticas de eventos decorridos da Segunda Guerra Mundial, como apresentaremos no corpo desse trabalho.

Nos propomos aqui abordar informações correlatas sobre a Operação Mesopotâmia, ação do Exército Brasileiro, ocorrida no ano de 1971, na tríplice fronteira Amazônica, formada por Pará, Tocantins, à época região do antigo Goiás, e Maranhão. Fazendo parte de uma operação de investigação que tinha como objetivo desmobilizar os focos de resistência à Ditadura Civil-Militar na região do Bico do Papagaio; as Forças Armadas espalharam medo, terror e pânico em várias cidades da região, dentre elas, Porto Franco-MA, que foi o seio da já citada ofensiva militar.

Observamos que a carência de materiais sobre o assunto estudado é considerável, o que nos faz crer que é um campo bastante propício para o desenvolvimento da História Oral, onde as entrevistas são o mecanismo mais adequado na relação entre o pesquisador e o entrevistado. Durante a construção de uma entrevista, é preciso atenção, tolerância ao tempo do entrevistado, e compreensão em momentos em que o mesmo se furte a relatar ou a mudar de assunto durante a entrevista. Alberti (2005, p 179) nos aponta que:

O entrevistador deve aprender a lidar com recuos e avanços no tempo, pois os temas são abordados conforme vão sendo suscitados pela conversa e não necessariamente em ordem cronológica. São frequentes também as repetições, que podem trazer informações importantes para a análise da entrevista.

Sobre isso, a autora nos informa que quando certos acontecimentos são narrados de maneira bastante semelhante pelos entrevistados, isso significa que eles estão consolidados na consciência dos sujeitos daquele grupo, o que leva a avaliar a formação de uma memória coletiva sobre esses sujeitos. Desta feita, do mesmo modo como que podemos, no decorrer de uma entrevista, nos depararmos com informações às vezes repetidas entres os participantes, é comum também obtermos informações que venham a ser contraditórias, como destaca Haguette (1987, p. 88):

a constatação de afirmações conflitantes não deve levar o pesquisador a considerar o depoimento inválido, vez que essas mesmas contradições podem levar a importantes descobertas. As pessoas nem sempre exibem um comportamento racional em suas atividades diárias e por essa razão o pesquisador não pode exigí-lo do informante em uma situação de entrevista.

Todavia, a atenção durante o processo de entrevistas deve ser redobrada ao entrevistado, sendo vetado ao entrevistador dicotomizar entre mentira ou verdade no que se refere às informações passadas pelo seu entrevistado. O momento em que os encontros acontecem deve levar em consideração o estado de consciência do colaborador, sendo que por um lapso de memória, ou até mesmo de omissão, as informações não sejam fornecidas da maneira como que o pesquisador almeja.

O artigo está estruturado de modo a apresentar a execução e as memórias da Operação Mesopotâmia (1971), em Porto Franco-MA. Inicia-se com a discussão teórico-

metodológica sobre memória e trauma, conceitos pelos quais as vítimas da operação se viram envolvidas após a truculência que lhes foi infligida pelas forças militares. Segue-se então pela deflagração da citada Operação e seus objetivos ao buscar reprimir os focos de resistência à repressão estatal. E tem por conclusão a apreciação acerca dos silêncios da memória da trajetória política e morte de Epaminondas Gomes de Oliveira, líder político morto sob custódia do Exército em 1971, sendo o único desaparecido político encontrado pela CNV-Comissão Nacional da Verdade, após a localização dos restos mortais em cemitério de Brasília-DF². Após 43 anos de luto, sua família pode sepultá-lo em 2014, na cidade de Porto Franco-MA.

MEMÓRIA E TRAUMA, O QUE RESTA DA OPERAÇÃO MESOPOTÂMIA

No campo de pesquisa que busca analisar eventos correlatos das ações que culminaram com prisões, torturas, mortes ou desaparecimentos durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira, tem-se utilizado um recurso de grande importância para a compreensão das narrativas sobre as memórias coletivas e individuais, que são os artifícios do testemunho. Sabe-se que a ideia de testemunho remete a uma série de áreas do conhecimento, no qual a confissão sobre uma experiência individual é transmitida a outrem que não vivenciou a mesma experiência.

Para Seligmann-Silva (2000), o testemunho é cabalmente produto de uma contemplação, a testemunha é sempre testemunha de algo individualmente vivido, o que implica dizer que a pessoa que decide testemunhar teve a vivência sobre as condições que se prontifica a dizer. Recorrendo às suas lembranças, seleciona as informações que lhe são coerentes de serem compartilhadas com o interlocutor que apresenta interesse pela escuta e por suas versões sobre a história de vida de um sujeito em específico. Sobre isso, o autor diz que:

Em primeiro lugar porque o sobrevivente vive o sentimento paradoxal da culpa da sobrevivência. A situação radicalmente outra, na qual todos deveriam morrer, constitui sua origem negativa. A indizibilidade do testemunho ganha com este aspecto um peso inaudito. Mas o negacionismo é também perverso, porque toca no sentimento acima referido de irrealidade da situação vivida. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 75)

2. Sobre a localização e exumação dos restos mortais de Epaminondas Gomes de Oliveira, Pedro Dallari, então coordenador da CNV, diz em reportagem publicada dia 29 de agosto de 2014: “este é o primeiro caso em que a CNV consegue restituir à família os restos mortais de uma pessoa desaparecida por força da conduta do regime militar”. Pouco mais de três meses depois, a Comissão encerrava suas atividades. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/08/cnv-identifica-1-desaparecido-da-ditadura-com-corpo-localizado.html>

Durante uma escuta, é importante observar a postura que o informante adquire, se olha para os lados, pega em objetos, muda de assunto ou mesmo omite informações, esse comportamento contribui para o entendimento do ouvinte acerca das buscas por lembranças na profundidade de suas memórias. Nesse resgate por memórias, surgem sentimentos que não podem ser controlados pelo sujeito que fala, sentimentos e emoções podem emergir aleatoriamente, como apontam Santos e Araújo (2007, p. 101), ao dizerem que a memória:

Nesse caso, observa-se a incapacidade de resposta das vítimas, que, ao não serem capazes de compreender experiências vivenciadas e lhes dar significados, tornam-se incapazes de operar com suas memórias de forma seletiva. A memória, portanto, não pode ser reduzida a instrumento político; ela excede as tentativas de controle.

Como o testemunho é recurso que visa o resgate de informações para que não venha a cair em total esquecimento, o francês Maurice Halbwachs acredita que mesmo sendo o fato narrado um produto de uma experiência individual, a memória sobre o evento vivido é coletiva, isto é, para este sociólogo, a memória é sempre coletiva, pois os sujeitos e suas construções de memórias são frutos das interações sociais. Sobre a possibilidade de construção de uma memória coletiva que vise o não esquecimento dos fatos, Halbwachs (2013, p. 39) afirma que:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

É preciso então, como nos informa o autor acima citado, que essas lembranças sejam analisadas de forma a compreender as relações entre o coletivo e o individual, para que assim, tenham o reconhecimento dos membros do grupo, procurando uma coerência dentro da coletividade de indivíduos que formam essa memória coletiva. Nesse caso, podemos entender que a memória é construída por meio de interações sociais, no qual a memória individual é resultado desse processo coletivo.

Ao observarmos essa situação sobre a Operação Mesopotâmia, dentre os militantes que foram presos, é possível realizar uma ligação direta entre os relatos testemunhais cedidos por esses agentes sociais, a descrição da prisão, o traslado, a tortura na qual foram sujeitos; elementos que são descritos de forma bastante coerente. Desta feita, levantamos a hipótese de que o silêncio de parte considerável dos sujeitos, que direta ou indiretamente estiveram ligados a este período de perseguição e suplício em Porto Franco,

funcionaria como um silenciamento proposital, para amenizar as dores e as memórias traumatizantes que os acompanharam e ainda acompanham ao longo de suas vidas.

Uma vez que pensamos ser uma experiência traumática vivenciada tanto pelos presos políticos quanto por seus familiares, procuramos nos fundamentar em Pollak (1989, p. 5) para compreender esta situação, diz o autor:

[...] este exemplo mostra também a sobrevivência, durante dezenas de anos de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressos (...). O longo silêncio sobre o passado é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizade, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

No caso que nos propomos a investigar, sobre as razões que levaram as pessoas que foram presas a se calarem, ou mesmo a buscarem um esquecimento sobre a experiência vivida. Observa-se que este silêncio foi rompido por algumas pessoas durante as audiências da Comissão Nacional da Verdade, uma vez que durante a sua realização (2012-2014) a conjuntura política era favorável para esta discussão. Neste caso, teria o contexto político pós-ditadura contribuído para este silenciamento? Teriam os governos de alinhamentos mais à esquerda, situados entre os anos de 2003-2016, favorecido para que este silenciamento fosse quebrado?

Pollak (1989) realizou as suas análises com sobreviventes de campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, no qual os sobreviventes encontraram escutas disponíveis para ouvir os seus relatos acerca das trucidâncias pelas quais foram expostos durante todo o período de encarceramento nos campos de concentração nazistas. No entanto, existe uma evidência importante sobre os campos de concentração e o Holocausto judeu. Esse foi o período histórico bastante explorado midiaticamente, tanto pelo cinema quanto pela literatura, o que impossibilitou o seu total esquecimento em razão da exploração em massa pelo capital.

Sobre o Holocausto como trauma histórico e coletivo, Huyssen (2000) afirma que a indústria cultural funciona como uma grande produtora de mercadorias que exploram a memória desse evento, sendo considerado o parâmetro para outras experiências traumáticas oriundas de conflitos coletivos, o que evoca o ocultamento de outras tragédias, tais como o massacre em Ruanda, em 1994, o Genocídio Armênio (1915-1923) ou à Guerra do Contestado (1912-1916), estas últimas antecessoras à calamidade judaica, mas que não foram tão representadas pelos recursos midiáticos quanto esta. Assim, para este autor, “os interesses de lucro dos comerciantes da memória de massa parecem ser mais pertinentes para explicar o sucesso da síndrome da memória. Trocando em miúdos: o passado está

vendendo mais que o futuro, mas por quanto tempo, ninguém sabe” (HUYSSSEN, 2000, p. 23-24).

Do ponto de vista metodológico, o estudo da memória se apresenta como um referencial capaz de, devido às suas especificidades, nos causar uma determinada singularidade dentro das relações entre o pesquisador e o pesquisado, como bem aponta Trigo e Brioschi (1987, p. 687):

O investigador se depara, no seu processo de pesquisa com um objeto que reage à sua presença, detém um saber que lhe é decorrente de sua experiência de vida, capaz de atribuir significado às suas ações e ao seu discurso, expressando e articulando seu pensamento à sua maneira.

Essas características sobre a aplicabilidade da memória como um referencial metodológico na pesquisa, nos leva a considerar a impossibilidade de imparcialidade por parte do pesquisador, pois trata-se de uma relação entre pessoas, estando ambas inseridas dentro de um processo de interação em que os sentimentos, valores e emoções estão sempre presentes no comportamento e nos relatos do pesquisado.

Dessa forma, procuramos uma relação de confiança com pessoas que passaram por essas situações dolorosas, buscando a sensibilidade de ouvir o entrevistado dentro de suas capacidades emocionais, pois os traumas a que foram expostos em suas vidas causaram e ainda causam muitas angústias e sofrimento, e para alguns alimenta uma recusa incessante em relembrar ou querer falar sobre o assunto. Desejamos analisar o que esse silêncio pode significar, quais são suas causas e suas lógicas, uma vez que é o pesquisador que nutre interesses por conhecer os fatos correlatos sobre o tema em questão.

Segundo os nossos entrevistados, a execução militar da Operação Mesopotâmia deixou em Porto Franco uma situação tenebrosa de medo e pavor sobre a população da cidade, e conseqüentemente sobre elas mesmas, as pessoas que tiveram seus parentes encarcerados pela repressão. Nesse caso, as memórias correlatas a esse contexto precisam ser analisadas com distanciamento metodológico, a fim de compreender como transcorreu este fato.

A operação fora deflagrada na fronteira entre o sudoeste do Estado do Maranhão, o antigo norte do Estado de Goiás e o sul paraense, região de difícil acesso e de complexa mobilidade. Essa era uma localização formada por uma considerável massa camponesa, garimpeira, pescadora e de outras atividades artesanais, que não contavam com os subsídios do governo, fato este que motivava uma constante disputa por terras, conflito no qual os grandes grileiros, por meio da militarização das questões agrárias (MARTINS, 1985), usurpavam e humilhavam os pequenos posseiros.

Este mesmo posseiro é o principal agente social originário do processo migratório. Segundo Martins (2009), é o pequeno lavrador empobrecido, sobrevivendo do cultivo na pequena propriedade lavrada a custo do trabalho familiar, e que também negocia o excedente que não irá fazer falta em casa. Esse sujeito é fruto dessa frente de expansão que, em muitas condições, localiza-se próximo a grandes empreendimentos, ocasionando sua constante movimentação por regiões distintas.

A cidade de Imperatriz-MA é um caso bastante interessante quanto a esse aspecto de isolamento, funcionando como uma questão metodológica para dificultar o monitoramento das forças de repressão sobre as ações dos movimentos da VAR-PALMARES, um dos grupos da via armada e opositor ao regime. Essa organização estava realizando seu trabalho de base naquela região, onde, dada a considerável distância da capital São Luís, as pessoas mantinham relações comerciais frequentes com Belém-PA, por meio do Rio Tocantins. Apenas com a abertura da Rodovia Belém-Brasília (FRANKLIN; LIMA, 2016, p.54) “ainda no primeiro semestre de 1958, (...) se iniciou um intenso movimento de pessoas, veículos e máquinas”, rompendo o isolamento da cidade com outras regiões do estado do Maranhão.

Assim, a região funcionaria com um ponto de convergência com outros movimentos que estavam na região, dentre eles, membros do PCdoB que buscavam a implantação de uma guerrilha rural nessa área, evento que veio a eclodir em abril de 1972, a Guerrilha do Araguaia (1972-1975).

Dada a relevância com que as Forças Armadas estavam engajadas no processo de identificação, localização e repressão dos movimentos oposicionistas, a Operação Mesopotâmia teve atuação fundamental dentro do pacote metodológico da ESG-Escola Superior de Guerra que, desde o recrudescimento da Guerra Fria, estava voltada para o processo de formação fortemente anticomunista. Segundo Daniel Lerner (2008, p. 39), sobre a Operação Mesopotâmia:

consta que um dos objetivos da manobra não era outro senão “testar a doutrina da guerra revolucionária”, isto é, comprovar sua eficácia, sua aplicabilidade, perante uma situação real de combate. Afirmações semelhantes podem ser encontradas em relatórios das unidades da Marinha e da Aeronáutica (CISA).

Partindo dessa premissa, é possível compreender o êxito da operação militar que conseguiu mapear e identificar os focos oposicionistas na região, realizando um monitoramento da área, efetuando encarceramentos e praticando a tortura como meio de aquisição de informações; como consequência, nas memórias dos envolvidos, restou o pânico, o medo e o trauma como legados permanentes deste período.

Sobre isso, nos remetemos ao estudo realizado por Portelli (1996), “O massacre de Civitella Val di Chiana”, que descreve o massacre ocorrido na referida cidade por um ataque alemão, durante a Segunda Guerra Mundial. O autor diz que o pesquisador:

após recebido o impacto, é se afastar, respirar fundo, e voltar a pensar. Com o devido respeito às pessoas envolvidas, à autenticidade de sua tristeza e à gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas, inclusive as delas. (...), não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. (PORTELLI, 1996, p.4)

Esse aspecto destacado pelo autor, enfatiza a necessidade de valoração por parte do pesquisador frente aos dados que são levantados ao longo da pesquisa. Pois além de se estar lidando com uma variedade de memórias consideravelmente fragmentadas, todas as testemunhas encontradas e seus depoimentos estão envolvidas em ideologias ou em questões de juízos de valor.

Seguindo a orientação metodológica de Portelli (1996), no que tange ao contato com as fontes orais de informações e críticas de documentos escritos, temos nos documentos elaborados pela Comissão Nacional da Verdade (2012- 2014), uma das fontes sobre o período que nos propomos a analisar. Considerando estes documentos não como recurso único de verdade última, mas como um material que traz em seu corpo relatos memorialísticos de vítimas e de familiares que foram alcançados pela repressão militar.

Ademais, pensamos em tratar os documentos que compõem o relatório final da já mencionada Comissão da Verdade, assim como outros documentos de posse das famílias dos prisioneiros, tais como fotografias, cartas e até mesmo objetos pessoais, mantidos como forma de preservação da memória de seus parentes, como lugares de memória, seguindo a Pierre Nora (1993, p. 14):

Daí a obsessão com o arquivo que marca o contemporâneo e afeta, ao mesmo tempo, a preservação total de todo o presente e a preservação integral de todo o passado. O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação do exato significado do presente, e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho, a dignidade virtual do memorável.

Nesse sentido, entendemos que esses lugares de memória são registros que ultrapassam as delimitações da história, tornando-se lugares rituais de um tempo ou período que já não existe mais. Desta feita, um documento material ou espaço imaterial constituem significativamente a preservação de valores e de significados seja para um povo, seja para um grupo em específico, que possuem laços que os prendem numa mesma

relação de preservação; no nosso caso de investigação, as famílias dos vitimados pela Operação Mesopotâmia, em Porto Franco-MA.

Assim sendo, procuramos estar atentos também ao que não está sendo falado pelo entrevistado, isto é, o indizível, como diz Maria Isaura Pereira de Queiroz (1987), buscando sempre encontrar as razões pelas quais as pessoas não discorreram sobre determinado assunto, considerando, além dos silenciamentos, elementos como o esquecimento, o ocultamento ou até mesmo o desconhecimento sobre os fatos em tela.

Cabe ainda mencionar que realizamos por esta pesquisa uma análise dentro do campo da Memória Social e Regional, considerando agentes sociais locais que sofreram o impacto deste contexto histórico e político mais amplo. Isso nos faz também valorar sobre os recursos da oralidade em suas implicações sociais no espaço e no tempo político na qual a narrativa é oferecida ao pesquisador, como Ecléa Bosi (1994, p. 443) bem nos ensina:

A leitura social do passado com os olhos do presente, torna o teor ideológico mais visível... os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica neutra. Ele quer julgar, marcando bem de que lado estava naquela altura da história.

Isso significa dizer que é fundamental a consideração sobre o entrevistado, considerando sua origem social e possibilidades de o mesmo estar vinculado a alguma linhagem político-ideológica. Exatamente para se ter um melhor entendimento sobre o seu posicionamento, uma vez que os relatos sobre a ditadura militar, até os dias atuais, são bastantes disputados dentro das memórias históricas, políticas e ideológicas, existindo mesmo grupos que negam ter ocorrido uma Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Por fim, as pessoas que estiveram diretamente ligadas aos acontecimentos, evidentemente, possuem uma maior riqueza de informações e detalhes sobre o período vivido e, dessa forma, buscam descrevê-lo, o que na compreensão de Bosi (1994) pode causar uma idealização na memória do sujeito, passando a reproduzir um discurso embebido de juízos de valor e envolvidos em discursos partidários, julgamentos realizados exatamente por terem vivido naquele contexto. Estes fatores de cunho emocional podem interferir, entre outras coisas, no ocultamento de informações, em suas narrativas.

A seguir, procuramos, por meio do contato com parentes ou amigos, levantar informações sobre a prisão, morte, desaparecimento e sepultamento do líder político, Epaminondas Gomes de Oliveira, vitimado pela repressão em 1971, objetivando demonstrar e compreender os silêncios, esquecimentos e como que sua trajetória foi ocultada em Porto Franco-MA e região.

EPAMINONDAS GOMES DE OLIVEIRA, DO DESAPARECIMENTO AO SEPULTAMENTO.

Durante a operação em Porto Franco, um dos líderes de oposição ao governo, identificado nos documentos do SNI-Serviço Nacional de Informação, era Epaminondas Gomes de Oliveira, seu codinome era Luiz de França, membro do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), consta ter sido preso em 8 de agosto de 1971, quando estava trabalhando no garimpo de diamantes em Ipixuna, no Pará.

Após a sua captura, ele foi encaminhado à Marabá-PA, e posteriormente transportado em avião da Força Aérea Brasileira para Imperatriz-MA, e lá chegando foi submetido a torturas durante os dias 10 e 11 de setembro, em uma base provisória do Exército que ficava às margens do Rio Cacaú, tais como, o uso da palmatória e choques elétricos, como nos falou Epaminondas de Oliveira Neto, em entrevista.

Meu avô foi preso no garimpo de diamantes em Ipixuna, no Pará, de lá foi levado para Imperatriz, onde foi torturado com choques elétricos e palmatória, fizeram um corredor polonês, para que os presos lhe batesses na cara, o que eles não aceitaram fazer.³

Devido às ordens de sua prisão terem partido do Alto Comando Militar do Planalto, o mesmo foi levado para Brasília em que, sob a tutela do Exército, sendo barbaramente torturado, faleceu no dia 20 de agosto do mesmo ano.

Foram presas 32 pessoas, expostas na Praça Getúlio Vargas, no centro da cidade de Porto Franco-MA, em cima de um caminhão, todos amarrados com cordas e, segundo alguns relatos, causando susto e pânico aos que viam aquela exposição, pois se desconheciam a razão daqueles homens estarem sendo presos. Como uma atividade de levantamento de informações, a Operação Mesopotâmia conseguiu desarticular o foco oposicionista na região, porém não conseguiu impedir o movimento guerrilheiro que se organizava na região do Rio Araguaia, eclodindo sete meses após a realização da Operação, a Guerrilha do Araguaia. Este grupo se organizava na região desde 1966, promovendo a adaptação e o conhecimento da área, assim como mantendo cordiais relações com os camponeses.

Rompendo o grupo local que se colocava contra o governo militar, extinguiu-se também os projetos de lançamento de uma candidatura à prefeitura da cidade nas eleições de 1972, uma chapa de viés comunista, porém filiada ao MDB, único partido de oposição na legalidade naquele momento. Epaminondas Gomes de Oliveira, que era filiado ao PRT, seria o nome mais cotado entre o grupo para concorrer ao pleito devido sua popularidade e aceitação perante a comunidade, principalmente entre os mais pobres da cidade. A sua proximidade com os menos favorecidos era tão expressiva, que o motivou a

3. Epaminondas de Oliveira Neto, em entrevista no dia 20 de setembro de 2020.

procurar recursos para a saúde e educação fora da região e do país, a fim de atender às necessidades do povo.

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade em 2013, Dona Joana Pereira da Rocha, nora de Epaminondas, diz que:

ele trabalhava pelas pessoas mais necessitadas, ele trabalhava para arrumar remédio até em Cuba, até em Cuba ele pediu remédio para tratar de hanseníase em Porto Franco, ele trazia livros para cuidar da educação dos adultos, que naquela época ninguém falava nisso. O analfabetismo era bem maior que é agora, né? Ele dividia o pouco que ele tinha no bolso por essas periferias de Porto Franco, para as pessoas mais necessitadas (...) então por isso os políticos não davam valor a ele, por que ele não adulava ninguém, vamos falar na minha linguagem de sertaneja, ele não bajulava ninguém, ele era um homem de opinião, inteligente em grande escala (...) era isso que o povo não gostava no Epaminondas, ele não gostava da classe alta, ele não andava atrás da classe alta, por isso que ele morreu, por que ele andava atrás das pessoas que precisavam do apoio dele (Depoimento à Comissão Nacional da Verdade – CNV, em 2013).

Portanto, em busca de melhores condições e recursos para a prevenção e tratamentos de saúde e educação às pessoas de menor poder aquisitivo da região – que durante os anos de 1970, eram acometidas por crises sanitárias e educacionais, como o surto de hanseníase, especificamente na cidade de Porto Franco –, Epaminondas entra em contato com articuladores políticos de outras regiões para conseguir o referido apoio. E dentre os aliados da causa, estava um militante do Partido Comunista do Brasil-PCdoB, um gaúcho, que foi destacado pelo partido para essa região, pois a demanda nesses sertões era consideravelmente grande, foi assim que chegou aqui, o médico e guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho, onde permaneceu por aproximadamente dois anos.

Ao ser preso no Pará, Epaminondas foi encaminhado para Imperatriz-MA, local em que já se encontravam os demais presos políticos capturados nos primeiros dias da Operação. Sobre a sua chegada no acampamento da Rodovale, local utilizado como centro de coleta de depoimentos e torturas, o Sr. Messias Gomes Chaves, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, relata que sua prisão repentina causou a perda do casal de gêmeos que sua esposa esperava. Dona Dinalva Marinho Chaves, após esse evento catastrófico, não pode mais engravidar. O mesmo já se encontrava preso, quando os militares chegaram com Epaminondas, que já havia passado por sessões de tortura num estabelecimento chamado de Casa Azul, em Marabá-PA. Sobre o assunto, o Sr. Messias diz em seu depoimento que:

Sofremos muito. Eu não gosto de me lembrar de certas coisas. Você ter um amigo tudo o que acontece com ele, você vendo, dói na alma, dói no coração. Ele no meio de muita gente, levantar 30 homens, para todos os 30 darem tapas no rosto dele, 15 de um lado e 15 do outro. Isso aconteceu quando ele estava

preso em Imperatriz. [...] Um carro quatro portas da Chevrolet. Chegaram e me levaram. Disseram: vamos fulano para a fazenda Alvorada. Na estrada, um quilômetro e meio, rodaram o carro de uma vez, saíram com as armas nas mãos e disseram: ou tu vai se explicar ou então vai morrer aqui. Aí começou. (Relatório da CNV – Comissão Nacional da Verdade, Vol. I, p. 620).

Em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade, que ocorreu em 23 de outubro de 2013, afirma que apenas naquele momento que falou o assunto, por medo, optou pelo silenciamento e em razão do trauma herdado pela experiência da prisão. No mesmo relato, ele afirma que até meados dos anos 1980, as Forças Armadas monitoravam a região com o intuito de vigiar os antigos militantes que por aqui viviam. Seu relato é enfático em descrever as cenas de maus tratos que Epaminondas, à altura dos seus 68 anos de idade, foi submetido. Nesta mesma audiência, o Sr. Abelardo Barbosa de Oliveira, que à época era vereador, e que não fazia parte do grupo de opositores aqui instalado, encontrava-se em sua fazenda quando os militares, levando o seu filho na condição de refém, chegaram para lhe prender. Relatando sobre a sua prisão, o Sr. Abelardo diz que:

Eu estava no dia 5 de agosto de 1971 na fazenda, de sete para oito horas da noite, chegaram dois cidadãos lá, inclusive eles levaram meu filho como refém, se identificando como funcionários do DNER, eu era vereador nessa época, dizendo eles que precisavam de uma assinatura minha eu estranhei mais eu vim (...) quando chegou aqui em Porto Franco, eles estavam acampados, tinha um acampamento do Batalhão nesse tempo aqui... Batalhão do Exército, ainda chegando eles disseram: - Olha seu Abelardo, é pra levar você para a Segurança Pública (...).

Aí eles me levaram lá pra o Batalhão, passar a noite lá. Quando foi no outro dia, dez horas do dia, mais ou menos, chegou um caminhão Alfa Romeu, com Alziro Gomes, que é pai daquele rapaz bem aculá, Pedro Moraes, um bocado, tudo preso. Um bocado que eu não reconheci tudo na hora. Subiram lá no Alfa Romeu, de carroceria, passaram a algema no meu braço, botaram sentado no forro da carroceria do carro, e com as cordas amarradas de um lado para o outro do carro e um bocado de gente algemado e preso na corda. Aí ficamos lá, aí quando foi... passamos um dia... a noite... quando foi a noite na segunda noite, chegaram com o Seu Epaminondas lá, algemado. (Arquivo da CNV - Depoimento de Abelardo Barbosa de Oliveira à CNV em 22/10/2013, em Porto Franco-MA).

Os relatos de Sr. Abelardo e de Sr. Messias são bastante coerentes no que se refere às prisões dos militantes e de Epaminondas, que não se encontrava na região durante a operação. Assim como este depoente, Alziro Gomes não fazia parte dos que compactuavam com ideologias contra a ditadura, fato importante para destacar que não era preciso especificamente ser um militante, mas o contato com um era o suficiente para o fichamento e monitoramento por parte do SNI-Serviço Nacional de Informações, fato confirmado por outros depoentes, e o que nos leva a crer que, por ter relações de proximidade com Epaminondas, foi determinante para muitas prisões. Após a chegada de

Epaminondas, e interrogado se o conhecia, ele afirmou que sim, era seu vizinho, muito respeitado e que não entendia a razão de estarem fazendo aquilo com ele. Nesse sentido, ele destaca a situação dos tratamentos degradantes aos quais ele era exposto:

[...] levaram ele pra lá, lá judiaram dele, bateram nele de palmatória, bateram na bunda dele, deram choque no ouvido dele e ele gritava. [...] Torturado algemado e com o aparelho. Eu não recordo se era para cima algemado ou se era para trás, eu não recordo. Ele em uma cadeira, ele com um aparelho magnético com um negócio em um ouvido e no outro. Ele dava gritos horríveis, gritando, dando choques no ouvido dele, batendo nele com a palmatória. Isso eu vi. Eu vi lá em Imperatriz. [...] Eu os vi fazendo isso. Quando foi no outro dia, eles embarcaram ele num transporte lá, que eu não sei que transporte era, e levaram para o aeroporto e de lá foram embora. [...] E até hoje eu não sei por que é que eu fui preso. Eu nunca fiz parte disso, eu fui só amigo do senhor Epaminondas. (Arquivo da Comissão Nacional da Verdade-CNV - Depoimento de Abelardo Barbosa de Oliveira à CNV em 22/10/2013, em Porto Franco -MA).

Dessa forma, dentre os relatos apresentados neste tópico de nossa pesquisa, observamos os pontos de confluência entre os testemunhos, onde é possível concluir que todos mantinham relações com Epaminondas Gomes de Oliveira, e que suas prisões se deram em razão deste motivo.

O suplício de Epaminondas é ratificado em todos os depoimentos, destaque para as agressões morais e físicas, humilhações de todas as formas. Já abatido pelos dias de prisão, sofrimento e tortura, Epaminondas Gomes de Oliveira morre no dia 20 de agosto de 1971. No Relatório Final da CNV, registra-se sobre sua morte

A morte de Epaminondas Gomes de Oliveira ocorreu em Brasília (DF), em 20 de agosto de 1971, após prisão e tortura por espancamento e choques elétricos, na Polícia da Aeronáutica e/ou no Pelotão de Investigações Criminais (PIC), ambos situados na capital federal. O cadáver de Epaminondas Gomes de Oliveira nunca foi restituído à sua família, que, após sua prisão no estado do Pará, jamais teve contato com ele, seja em vida ou após o seu sepultamento. A Presidência da República, em 1971, por meio do Gabinete Militar e do SNI, depois de informar à família sobre a morte de Epaminondas Gomes de Oliveira, recusou-se a realizar o traslado do corpo, tendo comunicado à família um número incorreto de sepultura e atestando a impossibilidade de exumação do corpo antes de cinco anos. (Relatório da CNV – Comissão Nacional da Verdade, Vol. I, p.620)

O corpo de Epaminondas foi devidamente localizado apenas em 2013, foi considerado um desaparecido político até o ano de 2014. Após a devida localização do suposto corpo, a Comissão Nacional da Verdade veio a Porto Franco, com o intuito de colher material genético dos filhos de Epaminondas, a fim de ratificar a identidade dos restos mortais encontrados. Devido ao avançado estado de desgaste da estrutura óssea, sendo que estava envolta em muitas raízes de uma grande árvore que cresceu sobre

a sepultura, após a exumação, o laudo final veio por meio das análises de antropologia forense que confirmaram a sua identidade. Foi organizado o traslado para Porto Franco, onde foi realizada a sua despedida quarenta e três anos após sua prisão e assassinato, o encerramento do luto e a despedida do ente querido. Seu corpo foi velado no Salão de Eventos da Loja Maçônica Tiradentes, onde familiares, autoridades e a população local participaram da cerimônia de despedidas.

Após os ritos finais, o cortejo saiu pelas ruas da cidade com o caixão sendo conduzido por parentes, amigos e membros da comunidade que conheciam a história de Epaminondas. Como uma forma de homenagem ao ente querido, o cortejo se seguiu com as pessoas entoando músicas populares que rememoram os tempos de perseguições políticas durante a Ditadura Civil-Militar em direção ao Cemitério Jardim da Saudade, onde foi sepultado ao lado de sua esposa, Dona Avelina da Cunha Rocha, no dia 31 de agosto de 2014. Como não havia nenhum logradouro na cidade que lembrasse a memória do falecido líder político, foi aprovado o projeto em sua homenagem, recebendo a Câmara de Vereadores o nome de Palácio Epaminondas Gomes de Oliveira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória coletiva porto-franquina sobre os períodos correspondentes à Ditadura Civil-Militar (1964-1985) passa por uma escassez de documentos escritos e testemunhos para a compreensão daqueles anos de perseguição e arbitrariedades por parte do Estado brasileiro. A Operação Mesopotâmia, objeto de discussão deste trabalho, tem sido alvo de exploração recente, mas já apresenta certa evolução no campo da pesquisa, tal qual o trabalho de Daniel Josef Lerner intitulado “Epaminondas Gomes de Oliveira, desaparecido político brasileiro: estudo de caso” (2018), versando sobre aspectos jurídicos e periciais.

Quanto ao silenciamento e esquecimento, que são temas que norteiam a pergunta de investigação desse trabalho, eles denotam posicionamentos que vítimas e famílias de pessoas presas ou mortas pela Ditadura Civil-Militar apresentam. Isto é, a dificuldade de falar provocada pelo trauma da morte e do luto, mas também o silêncio provocado pelo medo do retorno da repressão, barreiras que foram gradativamente rompidas durante os anos dos governos Lula-Dilma (2003-2016), quando o Estado estabeleceu grupos de estudos nos direitos humanos e na reparação política para vítimas da ditadura.

No entanto, ainda nos dias atuais e encabeçado pelo atual governo federal (2019-2022), que se apresenta como saudosista e defensor da Ditadura Civil-Militar, podemos concluir que o medo não acabou, ele está presente na memória dos que sofreram o flagelo da violência e da arbitrariedade causada pela repressão e violações do estado de direito.

A trajetória de Epaminondas Gomes de Oliveira, morto e desaparecido por quarenta e três anos, reforçou esse silenciamento na memória coletiva, por muito tempo calada diante da prisão, tortura e morte deste líder político, e que mesmo após ser encontrado, sua trajetória permanece desconhecida por grande parte da população local.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento & SANTOS, Myrian Sepúlveda. “História, memória e esquecimento: implicações políticas”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, pp. 95-111, 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA – CASO EPAMINONDAS GOMES DE OLIVEIRA 2/4. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sxmqc-kcnni&list=pl9n0m0ixl2jfsizabdbzncqh7rydmonul&index=2>. Acesso em 08/07/2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade, lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRIOSCHI, L. R.; TRIGO, M. H. B. **Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas**. *Ciênc. Cult.*, v. 39, n. 7, 1987, p. 631-7.

FICO, Carlos. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FRANKLIN, Adalberto; LIMA, Valdizar. **Repressão e Resistência em Imperatriz –Ma**. Imperatriz: Ética, 2016.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3.ed.rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992, 224p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1950

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumento, mídia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. 2000.

LERNER, Daniel Josef. **Epaminondas Gomes de Oliveira, desaparecido político brasileiro: estudo de caso**. 2018. [353] f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editara Contexto, 2009.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia – os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

NETO, Epaminondas Gomes de Oliveira. Entrevista concedida em 20/09/2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OS ARQUIVOS SECRETOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA. Documento 2 Operação Mesopotâmia: Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/araguaia_01.pdf. Acesso em: 02/08/2021.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v 2, n 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana [Toscana: 29 de junho de 1944]: mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, J. e FERREIRA, M (Orgs.). **Uso e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

RELATÓRIO DA CNV – Comissão Nacional da Verdade, Vol. I. Dezembro/ 2014.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “A História como Trauma”. In: NESTROVISK, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.) **Catástrofe e Representação: ensaios**. São Paulo: Escuta, 2000.